



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Processo nº 11.980/2010 (4 volumes)

Interessado: SEGEP

Referência: Informações nºs 127/2015- SEPAG, 466/15-SELEG, 217/15-SEGEP e SEGEDAM (fl.802).

Assunto: Acumulação de rendimentos

Ementa: Acumulação de rendimentos. Incidência teto remuneratório. Decisão 04/2015-AD. Despacho 021/2015-SEGEP. Questionamentos SEPAG.

Considerações.

P A R E C E R Nº 92/2015-CJP

Versam os autos do processo em epígrafe, neste momento, sobre os questionamentos levantados preliminarmente pelo Serviço de Pagamento de Pessoal - SEPAG, em face do Despacho nº 021/2015-SEGEP, a fim de dar cumprimento à Decisão nº 04/2015-AD desta Corte, quanto à incidência do teto remuneratório nos casos de acumulação de proventos/rendimentos.

Cuida-se, neste momento da questão suscitada, sobre o que é chamada a se pronunciar, esta Consultoria Jurídica, por venerável despacho presidencial (fl. 802 **in fine**).

A respeito da venerável decisão, importante trazer à lume a orientação expressa no Despacho nº 021/2015-SEGEP, acostado à fl. 775:

“Encaminho este Processo para conhecimento da Decisão nº 04/2015 – AD (fls. 773/774) e adoção das providências necessárias ao integral cumprimento das determinações constantes no referido decisum, bem como para o seguinte:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

1. *Dar imediato andamento aos processos individualizados de acumulação de proventos/rendimentos a fim de que tendo em vista o entendimento firmado em caráter geral pelo STF no RE 609.381, o somatório dos rendimentos/proventos seja submetido ao teto remuneratório instituído pelo art. 37, inciso XI, da Constituição Federal;*
2. *Observar, para fins de aplicação das glosas decorrentes do somatório de rendimentos/proventos que ultrapassarem o teto remuneratório, por simetria, o contido na Instrução Normativa n.º 01/2011, da Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal, atual Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização – SEGAD/DF, em conjunto com as Resoluções n.ºs 13, 14 e 42, do Conselho Nacional de Justiça, e Resoluções n.ºs 9 e 10, do Conselho Nacional do Ministério Público;*

(...)

Ato contínuo, diante orientação expressa no Despacho nº 021/2015-SEGEF, a SEPAG às fls. 788/790, apresentou os seguintes questionamentos à respeito das seguintes situações:

a) nos casos de servidores cedidos de outro órgão que percebam rendimentos superiores ao teto remuneratório, a base de cálculo das férias e do 13º deveria ser a remuneração com ou sem glosa;

b) quando da aplicação por simetria da Instrução Normativa nº 01/11 da SEAP para fins de glosas de rendimentos que ultrapassem o teto remuneratório, devem ou não ser consideradas as exceções para o somatório de rendimentos introduzidas pelas Instruções Normativas nº 100 e nº 116;

c) no caso de acumulação de pensão e proventos de aposentadoria, quais os casos deveriam ser consideradas individualmente para fins de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

aplicação do teto remuneratório, em vista do constante das Resoluções nº 13 e nº 14 do CNJ.

Feito o relatório, passamos à análise da matéria.

Preliminarmente, impende ressaltar que esta Corte fixou o entendimento, de que a decisão proferida no RE nº 609.381 condiz com a aplicação imediata do teto remuneratório, inclusive nos casos de acumulações lícitas, ainda que não tenha havido Decisão de mérito no MS nº 26.974-DF e nos Recursos Extraordinários nºs 602.043, 602.584, 606.358 e 612.975 do STF. Nesse sentido, o trecho do voto-condutor da Decisão nº 04/2015, *verbis*:

“Relembre-se, uma vez mais, que o exame a que se está procedendo diz respeito apenas ao aspecto quantitativo do dispositivo constitucional que limita os rendimentos dos servidores públicos. Assim, estabelecido o norte indevassável da aplicação imediata do dispositivo limitador, por força normativa própria da Constituição, uma questão preliminar precisa ser resolvida para a continuidade do exame proposto: demonstrar a pertinência do julgado balizador do STF com a matéria constante desses autos.

De fato, como salientado pelo douto Consultor Jurídico da Casa, as decisões pretéritas constantes desses autos não se referem diretamente ao teto remuneratório, mas, sim, à acumulação de proventos/rendimentos. Entrementes, a correlação dos assuntos é notória, porquanto o julgado do STF atravessa a zona fronteira dos dois temas, uma vez que a o limite remuneratório opera efeitos indiscutíveis na acumulação de proventos/rendimentos.

Noutras palavras, tendo o tribunal supremo do país balizado a questão em sede de repercussão geral, com claro efeito vinculante, portanto, não pode essa Corte de Contas quedar-se inerte no seu dever de aplicação quantitativa imediata do teto remuneratório aos casos de acumulação. Daí, pois, a clara pertinência antes citada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

A propósito, o trecho do voto proferido no RE 609.381 – STF, trazido à colação pela unidade instrutiva, reflete bem a consequência do julgado, ao declarar que a análise empreendida pelo relator daquele processo alcança todo e qualquer efeito potencialmente produzido pela EC n.º 41/03. Ora, extreme de dúvidas de que, se a acumulação havida de proventos/rendimentos ultrapassar o teto remuneratório, sobre ela incidirá os efeitos decorrentes da EC n.º 41/03.

Eis, pois, a razão de aferir as consequências advindas da decisão do STF e de discordar da sugestão de sobrestamento proposta pela digna Consultoria Jurídica, uma vez que as ponderações impingidas no multicitado RE 609.381 não são voces inanes.

Assim, embora se reconheça que existam, ainda, outros processos em julgamento no STF afeitos ao tema do teto remuneratório, não se pode perder de vista o alcance dado ao julgado paradigmático. A propósito, a posição dos ministros do STF a respeito da aplicação imediata do teto remuneratório fica evidente, quando se colhem excertos da discussão havida no RE 609.381. (...) “

Ainda nesse passo, importante trazer a transcrição de excerto do voto-condutor da Decisão nº 04/2015-AD, que trata especificadamente da questão relativa à isonomia, verbis:

“Estabelecidas tais premissas, à míngua de efetiva legislação sobre o tema, concorda-se com a sugestão apresentada pelas unidades instrutivas da Casa, no sentido de fazer valer a Instrução Normativa n.º 01, de 27 de outubro de 2011, adotada pelo Governo do Distrito Federal e pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Isso porque tal procedimento vai ao encontro do princípio da isonomia, eis que não faz sentido a Corte dar um tratamento diferenciado, interna corporis, em detrimento do conjunto de servidores que compõem o quadro de pessoal do Distrito Federal.

Todavia, entende-se que, também por isonomia com outros servidores congêneres, dever-se-ia utilizar a Instrução Normativa do DF juntamente com normativos do Conselho Nacional de Justiça (Resoluções n.º



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

13, n.º 14 e n.º 42 – cf. fls.656/663)), bem como do Conselho Nacional do Ministério Público (Resoluções n.º 9 e n.º 10 – fls. 663/668), que também cuidam de critérios para aplicação do teto remuneratório, como forma de ampliar e aprimorar o arcabouço jurídico para adequação dos procedimentos internos dessa Corte de Contas ao quanto decidido pelo STF.”

O Egrégio Plenário, deste colendo Tribunal, pela sua Decisão nº 4/2015-AD, ao dispor sobre a imediata aplicação do **TETO CONSTITUCIONAL**, ao pessoal da Casa, nas situações cumulativas de subsídios, remunerações, proventos e pensões, recepcionou a aplicação da Instrução Normativa nº 1, de 27-10-2011, expedida pela SEAP do GDF, bem como das Resoluções nºs 13 e 14/2006 do CNJ, e nºs 9 e 10/2006, do CNMP (cfr. Fls.773 in fine).

Logo, conquanto pudesse haver eventuais divergências de entendimento, quanto à força reguladora dessa norma secundária, de caráter infra legislativa, ela ganhou **status** de preceito regulamentar interno, de observância forçosa, salvo no que porventura conflitar com algum dos outros dispositivos adotados, também, por essa mesma Decisão TCDF nº 4/2015-AD (cópia às fls. 773).

Aquela IN nº 1, de 27-10-2011, que disciplinou essa matéria, no âmbito do DF, estabeleceu o seguinte, no seu art. 3º, **verbis** (cópia às fls. 722/725):

“Art. 3º. Não podem exceder o valor do teto de retribuição, embora não se somem entre si e nem com a remuneração do mês em que se der o pagamento:
I – adiantamento de férias;
II – gratificação natalícia;
III – terço constitucional de férias;
IV – abono pecuniário;
V – adicional por serviços extraordinários de servidores.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Igual dispositivo a esse, também, é estabelecido para os membros e servidores da Magistratura e do MP (**cfr.** Resoluções nº 13/2014-CNJ, art. 7º, 14/2006-CNJ, aert. 3º, 9/2006-CNMP, art. 7º, e 10/2006-CNMP, art. 5º, com cópia às fls. 778/87).

Em sendo assim, na dicção dessa IN nº 1/2011-SEAP, devem servir de base, para efeito daqueles benefícios, previstos no seu citado art. 3º, o valor integral devido às matrículas do servidor, no limite constitucional respectivo, sem considerar o abatimento de outra eventual percepção cumulativa.

É curioso notar, outrossim, que tanto a base de cálculo das férias, quanto a do décimo-terceiro, não pode ser superior ao valor do **teto de remuneração**, **ex-vi** do disposto nos arts. 91, § 3º, e 95/II, da LC/DF nº 840/2011, tendo a constituição assegurado, também, que ambos esses benefícios, devem ter por base respectivamente, o **salário normal** e a **remuneração integral** (**cfr.** Art. 5º, VIII e XVII da CF), da mesma forma como o art. 3º, da indigitada IN nº 1/2011-SEAP, estabelece que eles “não podem exceder o valor do **teto remuneratório**”, o que não significa estarem limitados, aos valores das remunerações pagas com glosa ao servidor.

Para este efeito, as citadas expressões **salário normal** e **remuneração integral** são equivalentes entre si, cada qual com seu valor submetido, separadamente, ao **teto remuneratório**, que é também, o mesmo limite máximo de percepções cumulativas, como tal previsto no art. 37/XI da CF, sem considerar o abatimento ou glosa, resultante da aplicação do art. 5º, dessa mesma Instrução Normativa, nos casos de eventuais acumulações.

Isto é, tanto as **férias** como o **13º salário** estão, igualmente, limitados ao mesmo **teto remuneratório**, ao qual está limitado, também, o somatório das acumulações, previstas no mencionado art. 5º, da IN nº 1/2011-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

SEAP, adotando-se a regra fundamental de hermenêutica, pela qual **ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio**, (onde existe a mesma razão fundamental, prevalece a mesma regra de direito).

Nessa seara, com relação ao primeiro item (“a”) dos questionamentos feitos pelo SEPAG, tem-se que nos casos de servidores cedidos de outro órgão e que possuam a matrícula mais recente no TCDF, entendemos, s.m.j., que deverá ser efetuada glosa nos valores excedentes ao teto constitucional quando do somatório dos rendimentos, em conformidade ao art. 5º, incisos I e II, e §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa nº 01/11- SEAP, em observância ao disposto na Decisão nº 04/2015-AD, *verbis*:

“Instrução Normativa nº 01/11 – SEAP

Art. 5º Na percepção cumulativa de remuneração e proventos de aposentadoria e pensões, de qualquer origem, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, ressalvado o disposto no art. 4º desta Instrução Normativa, deverá ser considerada a soma, entre si, para efeito da aplicação do teto retribuição, efetuando-se as glosas que excederem o referido limite nas seguintes condições e hipóteses:

I – na remuneração ou provento correspondente à matrícula mais recente, quando se tratar de duas remunerações ou proventos pagos pelo Distrito Federal;

II – na remuneração ou provento pago pelo Distrito Federal, quando cumulados com remuneração ou provento pagos por qualquer outro ente da federação, desde que a matrícula correspondente ao cargo do Distrito Federal seja mais recente, descontados os valores eventualmente já glosados pelo outro ente federativo a título de teto remuneratório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

§ 1º Na hipótese prevista no inciso II, o limite remuneratório a ser aplicado é o maior teto entre os vigentes nos entes federativos em que o servidor mantém vínculo.

§ 2º Quando a matrícula correspondente ao cargo ocupado no Distrito Federal for mais antiga do que a do outro ente da federação, deverá ser aplicado o limite remuneratório previsto no art.1º desta Instrução Normativa apenas em relação ao cargo ocupado no Distrito Federal.”

Quanto ao questionamento do SEPAG acerca da base de cálculo das férias e do 13º salário nessas situações, impende esclarecer que a Lei Complementar nº 840/11, nos arts. 91, §1º e 95, inciso II, dispõe que a base de cálculo para o terço constitucional de férias não pode exceder o teto de remuneração, bem como o 13º salário não pode ser superior a esse limite, *litteris*:

Lei Complementar nº 840/11

Art. 91. Independentemente de solicitação, é pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a um terço da remuneração ou subsídio do mês em que as férias forem iniciadas.

(...)

§ 3º A base para o cálculo do adicional de férias não pode ser superior ao teto de remuneração ou subsídio, salvo em relação ao abono pecuniário

Art. 95. O décimo terceiro salário não pode:

I – ser considerado para cálculo de qualquer outra vantagem;

II – ser superior ao valor do teto de remuneração a que o servidor está submetido.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Já o artigo art. 3º da IN nº 1/11-SEAP assevera que os valores do adiantamento de férias e do terço constitucional, bem como da gratificação natalina não podem exceder o teto de retribuição, ainda que não se somem entre si ou no mês em que se der o pagamento, *verbis*:

“IN nº 01/11-SEAP

Art. 3º Não podem exceder o valor do teto de retribuição, embora não se somem entre si e nem com a remuneração do mês em que se der o pagamento:

I - adiantamento de férias;

II – gratificação natalícia;

III - terço constitucional de férias;

IV – abono pecuniário;

(...)”

No âmbito do TCDF, a Resolução nº 246/12, que dispõe sobre a concessão de férias e o pagamento do décimo terceiro salário aos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, regulamenta a questão nos arts. 9º, 10 e 11:

“Resolução TCDF nº 246/12

Art. 9º A remuneração de férias corresponderá ao período de 30 (trinta) dias, e será acrescida do valor integral do adicional de férias, correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração, tendo sua base de cálculo limitada ao teto de remuneração ou subsídio.

Art. 10. Por ocasião da programação anual de férias poderá ser autorizada a conversão de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, no qual incidirá o adicional de férias, observado o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

interesse e a necessidade da Administração, bem assim os seguintes critérios:

I – base de cálculo limitada ao teto de remuneração ou subsídio; e
(...)

Art. 11. O décimo terceiro salário é devido à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de exercício nos 12 (doze) meses anteriores, e será pago, conforme opção do servidor, no mês de seu aniversário ou por ocasião do primeiro período de férias, tendo por base a retribuição pecuniária do mês respectivo.

§ 1º Eventuais diferenças entre o valor pago ao servidor como décimo terceiro salário e a remuneração devida no mês de dezembro serão ajustadas nesse mês, limitada a totalidade da parcela ao teto de remuneração ou subsídio.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo aos proventos de aposentadoria e às pensões, assim como à remuneração do servidor requisitado da administração direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes do Distrito Federal, da União, de Estado ou Município, que exerça cargo em comissão ou função de confiança no Tribunal de Contas do Distrito Federal.”

Dessa forma, embora não haja normativo expresso para os casos de cálculo de férias e décimo terceiro salário em situações de servidores cedidos ao TDCF, entendemos que deve-se aplicar, o art. 6º **caput**, da IN nº 1/2011-SEAP, que versa sobre a glosa dos valores acima do teto para os servidores em questão, de observância obrigatória, e base legal norteadora da veneranda decisão citada¹, consubstanciada no seu judicioso voto-condutor.

¹ Decisão nº 4/2015-AD, item II, alínea “b”: “II – (...) todos os casos de acumulação de proventos/rendimentos continuem a ser verificados em autos individualizados, a fim de que: (...) b) para aplicação das glosas decorrentes do somatório de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Nesse sentido, poder-se-ia considerar que, no caso das férias, incluindo neste aspecto, o terço constitucional e o abono pecuniário, a base de cálculo, embora limitada ao teto de remuneração, dever-se-ia corresponder à retribuição pecuniária da remuneração do cargo exercido no Tribunal.

Quanto aos tipos de rendimentos para fins de aplicação do teto remuneratório, conforme questionamento relativo ao item “b”, inicialmente, tem-se que a redação original da IN nº 01/11-SEAP não tinha a previsão de exceções para a incidência do teto constitucional, salvo quanto às verbas de caráter indenizatório previstas em lei, às de caráter eventual ou transitório e ao abono de permanência (art. 4ª). Contudo, a Resolução nº 100/13 introduziu o art. 6ª-A à INº 01/11 que assim asseverava:

Resolução nº 100/13

Art. 1º. A Instrução Normativa nº 01, de 27 de outubro de 2011 passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A: “Art. 6º-A. O somatório de que trata esta Instrução Normativa, para efeito da aplicação do teto de retribuição, não incide nas hipóteses mencionadas no art. 46, I, II, e III, e no art. 77, I e II, ambos da LC nº 840/2011, de 23 de dezembro de 2011, devendo o limite considerar cada retribuição individualmente.”

rendimentos/proventos que ultrapassem o teto remuneratório, seja adotado, por simetria, o contido na Instrução Normativa n.º 01/2011, da Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal, atual Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização – SEGAD/DF, em conjunto com as Resoluções nºs 13, 14 e 42, do Conselho Nacional de Justiça, e Resoluções nºs 9 e 10, do Conselho Nacional do Ministério Público, devendo, em qualquer caso, ser providenciada a prévia notificação dos interessados, tendo em conta os princípios da segurança jurídica, do contraditório e da proteção da confiança.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

A Resolução nº 100/13 foi revogada pela Resolução nº 116/13, que alterou o art. 6ª-A da IN nº 01/11, restando assim disposto:

“ IN nº 01/11

Art.6º-A O somatório de que trata esta Instrução Normativa, para efeito de aplicação do teto de retribuição, não incide nas hipóteses previstas na alínea “c”, do inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal, nos §§ 1º e 2º do art. 17 do ADCT e no inciso III, do art. 46, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, devendo o referido limite ser aplicado a cada retribuição individualmente”.

A IN nº 01/11, nessa seara, passou a contemplar exceções para incidência do teto remuneratório, notadamente em determinados casos de acumulação lícita previstas constitucionalmente. Nesse sentido, tendo em vista que a Decisão nº 04/2015-AD determinou a aplicação por simetria do contido na IN nº 01/11, tem-se que esta deve ser aplicada em sua redação atual, considerando as hipóteses do art. 6ª-A.

Ainda nesse ínterim, verifica-se que em âmbito judicial foi questionada a matéria quando da vigência da IN nº 01/09, que disciplinava a aplicação do teto constitucional no GDF anteriormente à IN nº 01/11. O Superior Tribunal de Justiça, no Agravo Regimental no Recurso em Mandado de Segurança nº 33.100-DF, decidiu a matéria no sentido de que nos casos de cumulação lícita de cargos, a remuneração de cada cargo do servidor não se submete ao teto constitucional conjuntamente, senão individualmente:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

*CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL - AGRAVO
REGIMENTAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE,
RECONSIDERANDO DECISÃO ANTERIOR, DEU
PROVIMENTO A RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE
SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO - CUMULAÇÃO LEGÍTIMA
DE CARGOS - TETO CONSTITUCIONAL - APLICABILIDADE A
CADA UM DOS CARGOS - DECISÃO MANTIDA - AGRAVO
REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. Tratando-se de cumulação legítima de cargos, a remuneração
do servidor público não se submete ao teto constitucional,
devendo os cargos, para este fim, ser considerados
isoladamente. Precedentes.*

2. Vedação ao enriquecimento sem causa.

3. Agravo regimental não provido.

*(AgRg no AgRg no RMS 33.100/DF, Rel. Ministra ELIANA
CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe
15/05/2013).*

Assim sendo, nos casos em que haja acumulação lícita de rendimentos/proventos, conforme as hipóteses expressas no art. 6^a-A da IN nº 1/11-SEAP, deve ser considerado a aplicação do teto remuneratório de maneira isolada.

Destarte, esta Consultoria Jurídica, restrita aos aspectos jurídico-formais e em face da Informação nº 788/790-SEPAG e diante da Decisão nº 04/2015-AD, opina:

I – cálculo dos benefícios, relativos a férias e ao 13º salário, sobre a remuneração integral, do(s) cargo(s) e/ou comissionamento(s) exercido(s)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

aqui no TCDF, até o limite do teto constitucional, conforme dispõe o art. 3º, da IN nº 1/2011-SEAP, sem considerar eventual glosa, decorrente de acumulação;

II – aplicação do disposto no art. 6º-A, da IN nº 1/2011-SEAP, nos casos de acumulações lícitas, envolvendo agente da área da saúde, em que o teto é aplicado isoladamente, cada cargo de per si;

III – aos servidores cedidos ao DF, aplica-se o art. 6º **caput**, da IN nº 1/2011-SEAP; e

IV – no caso do acúmulo de pensão, que se aguarde decisão, no Processo TCDF nº 52.237/2014, embora a IN nº 1/2011-SEAP, no seu art. 5º **caput**, trate a matéria de modo global, sem considerar a ressalva feita no art. 2º, parágrafo único, da Resolução nº 14/2006-CNJ (fls. 385).

É o que nos parece.

Ao crivo do digníssimo Presidente desta Corte de Contas, não sem antes a apreciação por parte do douto Consultor Jurídico.

Brasília, 12 de maio de 2015.

Ana Paula C. Resende M. do Prado
Assessora Jurídica



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Processo TCDF nº 11.980/2010 (4 volumes)

Referência: Informações nºs 127/2015-SEPAG, 466/2015-SELEG, 217/2015-SEGEPE e SEGEDAM.

Assunto: Teto remuneratório sobre férias e décimo-terceiro.

Interessados: Servidores do TCDF, ativos, inativos e pensionistas.

Objeto: Aplicação da Decisão TCDF nº 4/2015-AD.

Ementa: Acumulação de rendimentos. Incidência do teto remuneratório. Decisão TCDF nº 4/2015-AD. Despacho nº 21/2015-SEGEPE. Questionamentos SEPAG, sobre cálculo dos benefícios relativos a férias e décimo-terceiro. Considerações.

PARECER Nº 92/2015-CJP (Complementação)

Submeto o presente processo à elevada consideração superior da Egrégia Presidência, com a inclusa manifestação desta Consultoria Jurídica, consubstanciada neste parecer da ilustre Assessora Jurídica Dra. Ana Paula Costa Resende M. do Prado, no sentido de que seja, assim, solucionada a dúvida suscitada pela SEGEPE, em síntese:

I – cálculo dos benefícios, relativos a férias e ao 13º salário, sobre a remuneração integral, do(s) cargo(s) e/ou comissionamento(s) exercido(s) aqui no TCDF, até o limite do teto constitucional, conforme dispõe o art. 3º, da IN nº 1/2011-SEAP, sem considerar eventual glosa, decorrente de acumulação;

II – aplicação do disposto no art. 6º-A, da IN nº 1/2011-SEAP, nos casos de acumulações lícitas, envolvendo agente da área da saúde, em que o teto é aplicado isoladamente, cada cargo de per si;

III – aos servidores cedidos ao TCDF, aplica-se o art. 6º **caput**, da IN nº 1/2011-SEAP; e

IV – no caso do acúmulo de pensão, que se aguarde decisão, no Processo TCDF nº 52.237/2014, porque a IN nº 1/2011-SEAP, no seu art. 5º **caput**, trata a matéria de modo global, sem considerar a ressalva feita no art. 2º, parágrafo único, da Resolução nº 14/2006-CNJ (fls. 385), o que seria aqui aplicável, subsidiariamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Daí este parecer, favorável à adoção da metodologia de cálculo sugerida na instrução processual, para o pagamento dos benefícios relativos a férias (fls. 801, item 26.1), bem assim com relação ao cálculo do décimo-terceiro salário, salvo melhor juízo.

Ao Gabinete da Presidência, com as vênias de estilo.

Brasília, 15 de maio de 2015.

SEBASTIÃO BAPTISTA AFFONSO
Consultor Jurídico

DIGITALIZADO